

**POLÍTICA**

A saúde, discutida na  
Sistematização: as empresas que atuam no  
ramo, o monopólio estatal da importação  
de equipamentos médicos (que não passou) e a  
incidência da contribuição dos empregadores.

# Previdência: também sobre os lucros.

Em sua reunião matutina de ontem, a Comissão de Sistematização da Constituinte manteve a incidência da contribuição dos empregadores, para fins de seguridade social, não somente sobre a folha de salários, mas também sobre o faturamento e o lucro. Eliminou, no entanto, do substitutivo Bernardo Cabral, a possibilidade de o Poder Público ficar com o monopólio da importação de equipamentos médico-odontológicos, medicamentos e matérias-primas para a indústria farmacêutica.

Toda a parte referente à seguridade social ficou como estava no substitutivo. A única emenda discutida, de autoria do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), tinha por objetivo evitar que a contribuição dos empregadores incidisse também sobre o faturamento e o lucro das empresas. Depois, porém, que o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), designado para atuar como relator-adjunto nessa matéria, defendeu o texto do substitutivo, Carlos Sant'Anna a retirou.

Na parte referente à saúde, houve algumas tentativas para aprovar emendas em favor das instituições privadas, mas no fim da sessão, às 13h40, só havia sido aprovada a proposta do deputado Darcy Pozza (PDS-RS), mandando suprimir o parágrafo 3º do art. 227, que dizia: "O Poder Público poderá obter o monopólio da importação de equipamentos médico-odontológicos, de medicamentos e de matéria-prima para a indústria farmacêutica".

O monopólio foi defendido por José Genoino (PT-SP), em nome de quem o sugerira, o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), e por Aldo Arantes (PC do B-GO). Mas o próprio relator Bernardo Cabral acabou concordando com a supressão. Disse que, ao acolher a sugestão do deputado Eduardo Jorge, já tivera o cuidado de colocá-la no texto em forma de permissão e não imperativa (o Poder Público poderá). Mas disse ter ficado impressionado com um dado que lhe foi fornecido pela Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, segundo o qual as importações do setor, no ano passado, somaram 260 milhões de dólares — número que lhe foi confirmado pela Cacex. A proposta de Darcy Pozza foi aprovada por 64 votos contra 15.

O deputado Sotero Cunha (PDC-RJ) tentou fazer aprovar emenda dando outra redação ao artigo 225, que diz ser a saúde direito de todos e dever do Estado. Sua emenda dizia "assistência à saúde", estabelecia ser dever também "das instituições de qualquer natureza" e assegurava o acesso tanto ao sistema público quanto "aos sistemas privados de saúde". Ela foi rejeitada, porém, por 66 votos contra 24 e uma abstenção.

Gastone Righi (PTB-SP) defendeu a supressão do parágrafo 2º do art. 226, o qual proíbe "a destinação de recursos públicos para investimentos em instituições privadas de saúde, com fins lucrativos". Alegou ser essa uma "discriminação odiosa" ao setor de saúde, numa Constituição que permite "financiamentos até para mótéis". Marcondes Gadelha (PFL-PB) o apoiou com veemência, dizendo que recursos da Lei Sarney, por exemplo, estão financiando "até filme pornô". A proposta foi combatida pela deputada e médica Abigail Feitosa (PMDB-BA), para quem não se pode dar dinheiro do FAS a fundo perdido ou com juros subsidiados, para enriquecer empresários da saúde. Gérson Peres (PDS-PA) disse que não se estava impedindo os empresários de obter financiamentos normais, mas sim impedindo a destinação de recursos públicos para esses empresários. A proposta foi rejeitada por 66 votos contra 25 e duas abstenções.

Roberto Jefferson (PTB-RJ) tentou também fazer aprovar emenda alterando a redação do art. 227, para retirar do Poder Público a execução das ações e serviços de saúde e tornando imperativo a participação do setor privado nessa área. Mas a emenda foi rejeitada por 83 votos contra 10.

## PENSÕES

Proposta do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), dispondo que o benefício da pensão por morte corresponderia à totalidade dos

vencimentos do trabalhador falecido, para evitar o empobrecimento da viúva.

### NÃO

- |  |  |  |
|--|--|--|
| PMDB<br>Almir Gabriel<br>Antonio Brito<br>Artur da Távola<br>Bernardo Cabral<br>Celso Dourado<br>Cid Carvalho<br>Egídio Ferreira Lima<br>Fernando Bezerra Coelho<br>Fernando Henrique Cardoso<br>Fernando Lyra<br>João Calmon<br>José Fogaça<br>José Serra<br>José Uliass de Oliveira<br>Nelson Carneiro<br>Nelson Jobim | Pimenta da Veiga<br>Raimundo Bezerra<br>Renato Vianna<br>Severo Gomes<br>Aécio Neves<br>Antonio Mariz<br>Chagas Rodrigues<br>Euclydes Scalco<br>José Tavares<br>Manuel Vianna<br>Marcos Lima<br>PFL<br>Alceni Guerra<br>Aloysio Chaves<br>Arnaldo Prieto<br>Carlos Chiarrelli<br>Eraldo Tinoco | Francisco Benjamin<br>Francisco Dornelles<br>Gilson Machado<br>Inocêncio Oliveira<br>José Jorge<br>José Lins<br>Luís Eduardo<br>Marcondes Gadelha<br>Oscar Corrêa<br>Sandra Cavalcanti<br>Gerson Peres<br>Jarbas Passarinho<br>Virgílio Távora<br>Adilson Motta<br>PL<br>Adolfo Oliveira |
|--|--|--|

### SIM

- |   |   |   |
|---|---|---|
| PMDB<br>Abigail Feitosa<br>Carlos Mosconi<br>Cristina Tavares<br>Haroldo Sabóia<br>João Hermann Neto<br>Mário Lima<br>Nilton Friedrich<br>Paulo Ramos<br>Rodrigues Palma<br>Sigmaringa Seixas<br>Theodoro Mendes<br>Délcio Braz<br>Jorge Hage<br>Miro Telnaira<br>Octávio Elidiso | Rose de Freitas<br>Vicente Bogo<br>Wilson Souza<br>PFL<br>Antonio Carlos Mendes Thame<br>Paulo Pimentel<br>Annibal Barcellos<br>Enoc Vieira<br>Furtado Leite<br>Jofran Frejat<br>Jonas Pinheiro<br>PDT<br>José Maurício<br>Lysaneas Maciel<br>Vivaldo Barbosa | PTB<br>Francisco Rossi<br>Gastone Righi<br>Joãoquim Bevilacqua<br>PT<br>Luiz Inácio Lula da Silva<br>Pinílio Arruda Sampaio<br>PDC<br>Sotero Cunha<br>PC do B<br>Aldo Arantes<br>PCB<br>Roberto Freire<br>PSB<br>Beth Azize |
|---|---|---|

### ABSTENÇÃO

- |                         |                    |                |
|-------------------------|--------------------|----------------|
| PMDB<br>Francisco Pinto | PDS<br>Darcy Pozza | José Luis Maia |
|-------------------------|--------------------|----------------|

## MEDICAMENTOS

Proposta do deputado Darcy Pozza (PDS-RS) eliminando o 5º do artigo 227, que concedia monopólio ao governo para importação de me-

dicamentos, matéria-prima para indústria farmacêutica e equipamentos médicos.

### SIM

- |  |  |  |
|--|--|--|
| 197<br>13.6<br>35<br>PMDB<br>Alfredo Campos<br>Almir Gabriel<br>Aluizio Campos<br>Antonio Brito<br>Artur da Távola<br>Bernardo Cabral<br>Carlos Moscone<br>Carlos Sant'Anna<br>Cristina Tavares<br>Egídio Ferreira Lima<br>Fernando Coelho<br>João Calmon<br>José Fogaça<br>José Freire<br>José Serra<br>Nelson Carneiro<br>Nelson Jobim<br>Paulo Ramos<br>Pimenta da Veiga<br>Raimundo Bezerra<br>Renato Vianna<br>Rodrigues Palma<br>Theodoro Mendes | Virgildáσιο de Senna<br>Aécio Neves<br>Chagas Rodrigues<br>Daso Coimbra<br>Délcio Braz<br>Jorge Hage<br>Márcio Braga<br>Marcos Loma<br>Octávio Eliseo<br>Ziza Valadares<br>PFL<br>Alceni Guerra<br>Aloysio Chaves<br>Carlos Chiarrelli<br>Eraldo Tinoco<br>Francisco Benjamin<br>Francisco Dornelles<br>Gilson Machado<br>Inocêncio Oliveira<br>José Jorge<br>José Lins<br>Santana de Vasconcelos<br>Luís Eduardo<br>Marcondes Gadelha | Oscar Correa<br>Oswaldo Coelho<br>Sandra Cavalcanti<br>Annibal Barcellos<br>Enoc Vieira<br>Jofran Frejat<br>Paes Landim<br>PDS<br>Konder Reis<br>Darcy Pozza<br>Gerson Peres<br>Jarbas Passarinho<br>José Luiz Maia<br>Virgílio Távora<br>PTB<br>Francisco Rossi<br>Gastone Righi<br>Solon Borges dos Reis<br>PL<br>Adolfo Oliveira<br>PMB<br>Antônio Farias |
|--|--|--|

### NÃO

- |   |   |   |
|---|---|---|
| PMDB<br>Abigail Feitosa<br>Haroldo Sabóia<br>Sigmaringa Seixas<br>Antônio Mariz<br>Miro Teixeira<br>Rose de Freitas | Wilson Souza<br>PDT<br>José Maurício<br>Lysaneas Maciel<br>Bocayuva Cunha<br>PC<br>Pinílio Arruda Sampaio | José Genoino<br>PC do B<br>Haroldo Lima<br>PCB<br>Roberto Freire<br>PSB<br>Jamil Haddad |
|---|---|---|

Na Comissão de Sistematização, as votações são nominiais. Os titulares são chamados e, se não for alcançado o quórum de 93 membros, convocam-se os suplentes. Até que seja preenchido o quórum de cada partido, a suplência é requisitada. Ai começa a votação da matéria, que será aprovada ou rejeitada quando houver maioria absoluta, ou seja, 47 votos.

## Um sistema perfeito. Com dispositivo antifraude.

Não há possibilidade de o sistema de votação eletrônica do plenário da Câmara dos Deputados registrar erradamente o voto dos integrantes da Comissão de Sistematização da Constituinte. O sistema, um modelo AEG alemão, comprado em dezembro passado ao preço de 32 milhões de cruzados, foi exaustivamente testado durante dois meses e os técnicos encarregados da sua manutenção garantem que todas as falhas foram corrigidas e que ele, hoje, funciona perfeitamente, não tendo sido identificado um só defeito durante as votações da Comissão de Sistematização.

Ainda que venha a pressionar equivocadamente uma das teclas do posto de votação, uma espécie de computador instalado nas mesas do plenário da Câmara, o constituinte terá tempo de anular seu voto antes que o resultado apareça nos dois painéis eletrônicos. Para isso, basta pressionar imediatamente outra das três teclas que seu voto não será computado. A operação é feita com as duas mãos, simultaneamente, processo adotado para impedir a ação dos "pianistas", parlamentares apanhados fraudando a votação. Como o sistema anterior exigia o emprego de apenas uma das mãos, esses parlamentares votaram por companheiros ausentes para garantir determinados resultados nas votações.

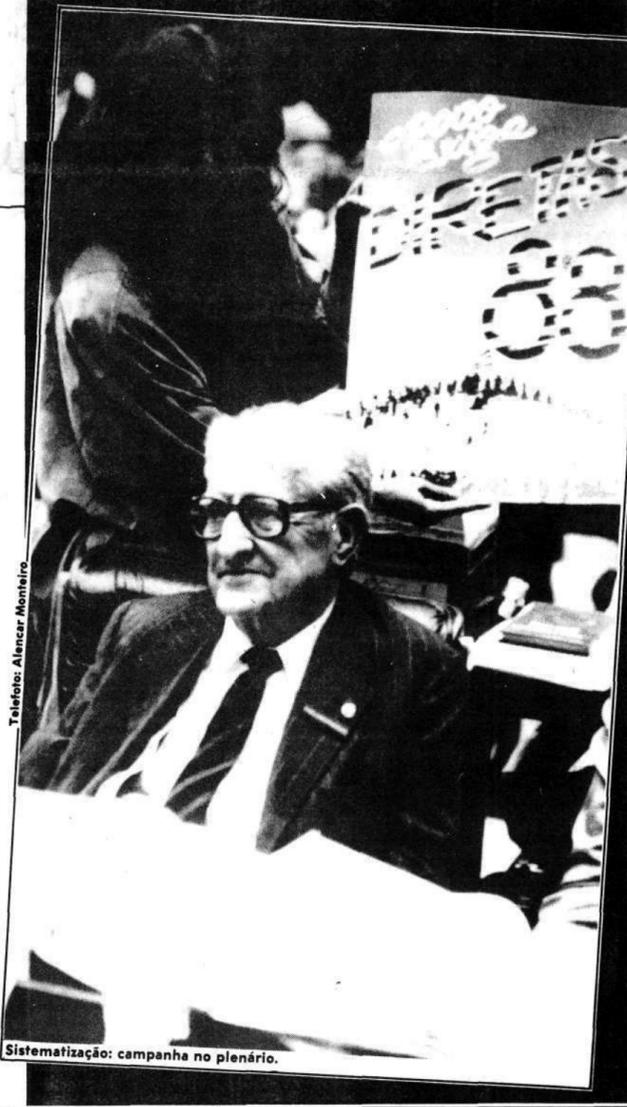
O sistema antigo, também um modelo AFG alemão, foi substituído pelo mais moderno após 14 anos de uso. O atual obriga o parlamentar a manter as duas mãos ocupadas ao mesmo tempo, depois de ter marcado o seu número-código numa pequena tela que fica na parte lateral das mesas individuais do plenário. Em seguida, o parlamentar deve apertar com a mão direita uma das três teclas localizadas sob a mesa, 'sim', 'não' ou 'abstenção'.

Ao mesmo tempo, a mão esquerda deverá estar girando um botão para enviar a 'mensagem', ou seja, o voto, até os painéis laterais da Câmara.

A fraude só é possível se um parlamentar conhecer o código de outro parlamentar. Mas como o tempo é mínimo, só conseguirá registrar um voto, o seu ou o 'fraudado'. E conhecer o código de outro parlamentar é mais difícil, já que os números foram fornecidos em envelopes confidenciais.

O sistema de votação é controlado por sete técnicos, dois treinados diretamente pela empresa fabricante. Um deles permanece durante toda a sessão da Comissão de Sistematização acionando os painéis eletrônicos enquanto os constituintes registram seus votos. Para estes técnicos, não há possibilidade de erro no sistema, mas apenas de erro humano, que ocorre quando um deputado aperta uma tecla indesejada e, ao invés de cancelar o voto antes que se apague uma luz verde em seu painel individual, gira o botão que envia à central o seu resultado.

O sistema é considerado um dos mais modernos do mundo. O equipamento da Câmara dos Deputados já está programado para a votação em plenário. Só há 450 painéis de votação individual, mas foram instalados mais quatro postos suplementares de votação. Assim, os deputados que chegarem atrasados e não conseguirem cadeiras, terão de fazer filas para votar nos sistemas ligados nas duas mesas de taquígrafia, localizadas logo abaixo da Mesa da presidência da Câmara, e que têm capacidade para 25 votos cada. Os técnicos calculam que, com esta votação separada, o processo pode demorar de dez a quinze minutos.



Sistematização: campanha no plenário.

## Regimento: Centrão não quer negociar.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, começou ontem a negociar uma proposta de emenda substitutiva ao projeto de resolução do grupo Centrão — que altera o regimento interno da Assembléia — com o objetivo de proibir emendas a títulos e capítulos em plenário. Ele conversou separadamente com vários deputados do grupo, mas esbarrou na disposição dos moderados de decidir no voto o assunto.

Ulysses tentou, ainda, sem êxito, antecipar os temas do substitutivo da Comissão de Sistematização que o Centrão pretende modificar. O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), ao ser consultado sobre os temas, afir-

mou que não tinha autorização do grupo para conversar sobre o assunto. "Primeiro vamos alterar o regimento" — disse ele ao presidente da Constituinte, segundo revelou na saída do encontro.

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto, que também foi chamado por Ulysses Guimarães, previu que não sairá "nenhum acordo" até a próxima semana. Ele ressaltou, contudo, que havia disposição para conversar de ambas as partes.

O Grupo Centrão criou ontem uma secretaria-geral para coordenar e organizar a atuação dos moderados no plenário da Constituinte. 44 constituintes foram designados para a tarefa de colocar em plenário os 313 signatá-

rios do projeto de resolução sempre que as matérias de interesse do grupo estiverem na pauta de votação.

No início da noite, o deputado Antonio Brito (PMDB-RS) procurou vários deputados do Centrão, dizendo que havia recebido autorização de Ulysses Guimarães para negociar em seu nome com o grupo. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), outro interlocutor de Ulysses Guimarães, afirmou que as conversas estavam "indo muito bem" e que tudo será resolvido até a votação do projeto de resolução, que só deverá acontecer depois que a Comissão de Sistematização encerrar os seus trabalhos e o substitutivo publicado.

## As decisões quanto a benefícios e saúde

Com esmagadora maioria de 85 votos contra dois, dos pefelistas Marcondes Gadelha (PB) e José Santana (MG), a Comissão de Sistematização aprovou ontem destaque do deputado Augusto de Carvalho (PCB-DF) assegurando o direito do marido ou companheiro usufruir benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira.

Depois de demorados debates, por 47 votos contra 38 e três abstenções, foi rejeitada emenda do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) dispondo que o benefício da pensão por morte corresponderia à totalidade dos vencimentos do trabalhador falecido. Prevaleceu, desta forma, a tese defendida pelo deputado José Serra (PMDB-SP), no encaminhamento da votação, de que isto somente seria possível com o fortalecimento da economia, com um salário mínimo capaz de atender efetivamente às necessidades vitais do trabalhador, "pois este que está aí só dá para a condução e o cafezinho". Serra sustentou que a questão deverá ser definida à luz de políticas econômicas e não pela imposição de preceitos constitucionais que não teriam condições práticas de aplicação e condenou a correlação compulsória entre os vencimentos e o valor do salário mínimo.

A conceituação pormenorizada de "saúde ocupacional" pretendida pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP), tornando explícitas políticas destinadas a evitar riscos de acidente de trabalho e à saúde do trabalhador e ainda preceitos relativos à medicina do trabalho, através de emenda ao artigo 264 do substitutivo, foi acolhida por 64 votos contra 25.

Emenda patrocinada pelo deputado Francisco Rossi (PTB-SP) excluindo o cálculo dos benefícios de aposentadoria com base nos 36 últimos salários foi rejeitada por 47 votos contra 36 e cinco abstenções. O constituinte pretendia sintetizar o caput do artigo 230, garantindo o salário do aposentado contra a deterioração progressiva que não poderia ser inferior ao número de salários percebidos quando da concessão do benefício. Isto não significa, porém, que não se produza um acordo, hoje, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, que presidia os trabalhos no momento da votação desta emenda, pois pelo menos duas outras propostas próximas à de Rossi serão apreciadas e as possibilidades de entendimento avançavam ontem à noite. Para tanto, Fernando Henrique suspendeu a sessão 40 minutos antes do previsto para seu encerramento.

### Saúde

Na seção referente à saúde, foi aprovada, por 86 votos a 2, emenda do deputado Uldorico Pinto (PMDB), passando por lei especial a regulamentação das "condições e requisitos que facilitem a remoção de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante e pesquisa, proibindo todo tipo de comercialização".

As instituições beneficentes de assistência social ficarão isentas do recolhimento de contribuição para a seguridade social, caso o plenário final da Constituinte confirme a aprovação de proposta do senador Jarbas Passarinho, incorporada ao capítulo II da ordem social, que trata da seguridade social. A emenda do senador foi uma das poucas que obteve, até agora, aprovação quase unânime da Comissão de Sistematização: votaram os 93 integrantes, com 92 votos a favor e apenas um contra (por equívoco), do deputado Celso Dourado (PMDB-BA).

Outra emenda aprovada por larga margem — 86 votos contra 2 — foi a do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) estabelecendo que os recursos destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico terão administração unificada, com relação à saúde. O constituinte pernambucano defendeu sua emenda frisando que tais recursos não podem depender de decisões de outra área nem ser administrados separadamente.